



**PARECER PRÉVIO Nº 31/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11930/2016.**

**Apensos:** Processo nº 13558/2015 e 11870/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos.

**4- Exercício:** 2015.

**5- Responsável:** José Ribamar Fontes Beleza (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** não possui.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2583/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. José Ribamar Fontes Beleza** na Prefeitura de Barcelos, no exercício de 2015, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/1988 c/c art. 127, da CE/1989, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE/AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/1997.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Dezembro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 31/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 31/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11930/2016.**

**Aposos:** Processo nº 13558/2015 e 11870/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos.

**4- Exercício:** 2015.

**5- Responsável:** José Ribamar Fontes Beleza (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** não possui.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2583/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Representação. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. José Ribamar Fontes Beleza**, responsável pela Prefeitura de Barcelos, no curso do exercício 2015, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, “b”, “c” e “d” e art. 25 da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.2. Considerar em Alcance** ao **Sr. José Ribamar Fontes Beleza** no valor de **R\$ 2.138.818,22** (dois milhões, cento e trinta e oito mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos), correspondente à somatória do montante de **R\$ 1.005.681,19** (um milhão, cinco mil, seiscentos e oitenta e um reais e dezenove centavos), referente ao débito apurado, correspondente às restrições enumeradas de 1 a 20, e 25, constantes no Relatório Conclusivo da DICOP (fl. 1974 dos autos) e reproduzido à fl. 03 do Relatório/Voto, e de **R\$ 1.133.137,03** (um milhão, cento e trinta e três mil, cento e trinta e sete reais e três centavos), referente ao débito apurado, correspondente às restrições enumeradas de 19 a 28, 32 a 36,



**ACÓRDÃO Nº 31/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

38, 40 e 41, constantes no Relatório Conclusivo da DICAMI (fls. 2028/2029 dos autos), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, mencionado no item 10.2, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Barcelos.

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. José Ribamar Fontes Beleza** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), diante das impropriedades remanescentes identificadas pela DICAMI nos itens 01 a 06, 09 a 11, 13 a 36, 38, e 40 a 58 em seu Relatório Conclusivo (fls. 1976/2030 dos autos) e reproduzidas no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, caracterizando atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza fiscal, contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, VI, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 10.3, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. José Ribamar Fontes Beleza** no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), diante das impropriedades remanescentes identificadas pela DICAMI nos itens 14, 15, 19 a 28, 32 a 36, 38, 40, 41, 48 a 58 em seu Relatório Conclusivo (fls. 1976/2030 dos autos) e reproduzidas no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, caracterizando atos de gestão ilegítimos e antieconômicos que resultaram em injustificado dano



**ACÓRDÃO Nº 31/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

ao erário, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, V, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 10.4, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Determinar à Prefeitura Municipal de Barcelos:**

**10.5.1** Que cumpra os prazos determinados para envio dos Sistemas E-Contas e GEFIS;

**10.5.2** Que o Conselho Municipal de Saúde emita parecer sobre as Contas Anuais do exercício de 2015;

**10.5.3** Que regularize, juntamente com o FAPEN, a situação perante o Ministério da Previdência Social, para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, conforme art. 7º da Lei n.º 9.717/1998, art. 1º do Decreto n.º 3.788/2001 e art. 5º da Portaria MPS n.º 204/2008;

**10.5.4** Que o município repasse ao RPPS a importância devida, com os devidos acréscimos legais, correspondente ao valor que ultrapassou o limite estabelecido para despesas administrativas, sob pena de solidariedade;

**10.5.5** Que providencie junto ao FAPEM o Termo de Parcelamento das contribuições legalmente instituídas, devidas pelo ente federativo e não repassadas ao RPPS até o seu vencimento, referentes ao exercício 2015, nos moldes do art. 5º da Portaria MPS n.º 402/2008, e alterações posteriores, c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/1998, sob pena de solidariedade;



**ACÓRDÃO Nº 31/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.5.6** Que remeta as folhas de pagamento dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal e os documentos de repasse das contribuições previdenciárias devidas, para fins de controle da apuração e repasse das contribuições pelo RPPS.

**10.6. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção no Município de Barcelos que verifique se em quais medidas foram tomadas pelo Município para o cumprimento do plano municipal de educação.

**10.7. Determinar** à DICAMI que, caso ainda não o tenha feito, inclua no plano de auditoria de contas daquele órgão técnico verificações relativas ao cumprimento do plano municipal de educação de cada Município.

**10.8. Determinar** que seja recomendado à Escola de Contas Públicas desta Corte que:

**10.8.1** planeje e implemente uma agenda de treinamento dos servidores deste Tribunal quanto à nova política de educação trazida pelo plano nacional de educação;

**10.8.2** promova a criação de grupos de trabalho interdisciplinares e intersetoriais, inclusive com a participação do Ministério Público de Contas, para estudar e acompanhar a implementação das políticas públicas dos Municípios do Amazonas, quanto ao plano nacional de educação.

**10.9. Representar** ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal a respeito da ausência de cumprimento do limite de 60% do FUNDEB em relação ao gasto com magistério e da ausência de cumprimento do mínimo de 25% de gastos com educação, para que possam tomar as providências cabíveis relacionadas no Decreto Lei n.º 201/1967, Lei do FUNDEB e Código Penal.

**10.10 Determinar** que seja dado conhecimento à Receita Federal do Brasil sobre os achados relativos a créditos previdenciários federais não adimplidos.

**10.11 Arquivar** o processo, após cumpridas as providências supracitadas.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Dezembro de 2020.





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 7

**ACÓRDÃO Nº 31/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral